

NOVOS PERCURSOS, VELHOS CAMINHOS: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO KINIKINAU ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI¹

Aila Villela Bolzan – PPGAA/UFPR/Brasil

Palavras-chaves: Violação de direitos. Retomada. CNV.

“Tem muito Kinikinau esparramado por aí! Muita gente também é Kinikinau”

(Sr. Manuel Roberto, Vila São Miguel, janeiro de 2022 – Miranda MS).

A fala escolhida para epilogar a proposta desta comunicação foi dirigida a mim em janeiro do ano presente, durante a estadia na comunidade indígena Kinikinau da Vila São Miguel, na aldeia Mãe Terra em Miranda – TI Cachoeirinha. Após dois anos de pandemia da COVID-19, tendo o doutorado em Antropologia sido encaminhado na UFPR, visitar a parentela dos Roberto, em Miranda, e conhecer os seus outros atuais – parentes, vizinhos e amigos – produziu novas perguntas e inquietações.

A fim de dar conta de uma delas, o objetivo desta proposta é apresentar uma parte do percurso desta comunidade que viveu em terras Kadiwéu ao longo do século passado, cujas famílias descendem dos povos Chané-Guaná, de filiação linguística Aruák, consideradas “extintas” na literatura etnológica dos anos 50 e 60. Neste percurso, pretendo jogar luz sobre narrativas, documentos, situações e eventos ocorridos ao longo do século XX, exemplificando a ocorrência de ações violentas direta ou indiretamente associadas ao Estado brasileiro (omissão ou conivência), por meio de uma política executada por alguns dos seus agentes, as quais corroboraram para o processo de suposta extinção destas pessoas.

A possibilidade de existir enquanto pessoas que se auto identificam Koinukunôen² passou por diferentes fases e enredos. De acordo com os anciãos e documentos sobre o seu paradeiro durante o século XX, foi com a mediação do antigo Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, entre 1920 e 1940, somada a sua escolha (ou falta), que os levou a viver no território Kadiwéu onde se formou a aldeia São João. No entanto, após décadas morando como inquilinos em “terras emprestadas”, foi a eles negado pelo próprio Estado o direito de serem reconhecidos enquanto povo indígena Kinikinau. Ou seja, o

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² A autodenominação do grupo foi definida por eles como “povo persistente” em julho de 2004 na cidade de Bonito durante a realização do *Seminário Povo Kinikinawa: Persistindo à resistência*. A carta encontra-se disponível em anexo à dissertação de mestrado de Rosaldo Albuquerque Souza (2012).

órgão que outrora facilitou o seu acesso e moradia neste lugar, em outros momentos, principalmente durante os anos 70, 80 e 90, passou a negar a sua identidade étnica de origem.

Com a contribuição e mediação de instituições e outros agentes associados a eles – escola local, acadêmicos, novos servidores da Fundação Nacional do Índio, a Funai – os moradores da aldeia São João, ao final dos anos 90 e início dos anos 2000, conseguem reparar o reconhecimento de sua filiação étnica, provando, de dentro para fora, que não eram Terena. A partir de então, com a organização do I Seminário do Povo Kinikinau³ e a elaboração da Carta de Bonito, um dos agentes da Funai, parceiro do grupo, atualiza o registro de nascimento de pessoas que haviam sido “terenizadas” pela administração do órgão indigenista e seu antecessor. Conforme a regra da filiação bilateral, as crianças nascidas de casamentos de pai ou mãe Kinikinau poderiam receber este etnônimo e também serem consideradas pertencentes ao grupo, mesmo com um dos membros de outra etnia.

Durante a fase em que houve o evento sobre o reconhecimento da comunidade Kinikinau pelo órgão e outras pessoas de fora da aldeia, sobretudo com a agência dos seus representantes para a reversão da condição de “extintos” impingida a eles, também houve um rearranjo de moradores na TI Kadiwéu, a qual possui, dentre outras menores, algumas aldeias principais: Alves de Barros, São João, Tomázia e Barro Preto. Desde então, aquela relação positiva de “bons” inquilinos que outrora tiveram com os seus vizinhos durante anos, principalmente quando estavam vivendo com menor densidade populacional nesta parcela do território Kadiwéu, no início dos 2000, acabou sendo prejudicada. Isto gerou constrangimento e situações conflituosas com os “donos do lugar”, as quais não serão o foco principal deste trabalho, apesar de serem rapidamente mencionadas.

Considero que todo esse processo constituiu os bastidores que levaram as famílias Kinikinau a se rearranjarem em novos territórios, desencadeando fluxos sucessivos de mudança para cidades, retomadas e outras TIs de MS, reorganização a configuração da comunidade da São João nos dias atuais. Partindo da classificação sugerida acima, a

³ Neste encontro, foi redigida uma carta (SOUZA, 2012) em que o grupo exige o reconhecimento oficial da etnia Kinikinau pelo Estado brasileiro; requer o início do processo de identificação e demarcação de suas terras tradicionais, estabelece que o seu etnônimo seja Kinikinau com base na documentação histórica, além de reconhecer o direito de outras famílias Kinikinau, residentes de outras localidades, além da aldeia São João, às terras tradicionais. Anteriormente, Inácio Roberto, professor Kinikinau da aldeia São João, participou do I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial (Olinda/ PE, 15 a 19/05/2003), e do Seminário dos Povos Resistentes: A presença indígena em MS (Corumbá/MS, 10 a 12/12/2003), apresentando a história do seu povo e a necessidade de serem reconhecidos enquanto tal.

respeito de algumas fases do percurso Kinikinau, sugiro, neste trabalho, mostrar que o Estado brasileiro, por meio do órgão indigenista, foi agente, mesmo que indireto, do apagamento, violência, remoção, controle e homogeneização do grupo. No entanto, diversos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e de outros lugares do Brasil, se não das Américas, vivem no presente as consequências de graves ações e obstáculos de um projeto que fora iniciado com a colonização europeia e contou com episódios marcantes ocorridos entre os anos 1946 e 1988.

A exemplo disso, o Relatório Figueiredo⁴ e a Comissão Nacional da Verdade⁵, por meio da justiça de transição de direito à memória e à verdade, tornaram-se agentes centrais no acolhimento de relatos sobre a ocorrência de violação de direitos em relação às populações indígenas do Brasil. Os Kinikinau, assim como outros povos de MS, também participaram deste processo, em 2014, relataram como foram transformados em “extintos” ou “terenizados” pelo SPI e, depois, Funai, além de outras violências por eles sofridas.

A apuração de violações contra os povos indígenas foi incluída nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade visando ampliar o entendimento da sociedade sobre a abrangência da ação de um Estado repressor na vida dos cidadãos. Prisões, torturas, maus-tratos, assassinatos e desaparecimentos forçados aconteceram contra todos os segmentos atingidos pela violência do Estado no período entre 1946 e 1988, mesmo aqueles em que os enfrentamentos se deram por motivações políticas, contextos e formas de resistência distintos das situações vividas pelas organizações de esquerda urbanas e rurais. Denúncias surgiram nos depoimentos prestados em audiências públicas e visitas da CNV aos povos indígenas atingidos, bem como em documentos produzidos pelo próprio Estado nos períodos do SPI e da Funai, e também nos relatórios de casos sistematizados e enviados ao grupo de trabalho pela sociedade civil. Devido à pouca sistematização sobre esse tipo de violações contra indígenas no Brasil, coube à Comissão Nacional da Verdade trazer o assunto à luz do dia e apontar à sociedade que os índios no Brasil também foram atingidos pela violência do Estado: esta investigação precisa de continuidade para que esses povos participem e sejam beneficiados pelo processo de justiça transicional em desenvolvimento no Brasil (CNV, 2014, p. 204).

⁴ Segundo Lima e Leite (2019), os 10 casos mais emblemáticos constantes no capítulo “Violação dos Direitos Humanos de Povos Indígenas”, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), são: Cinta-Larga (RO), Waimiri-Atroari (AM), Tapayuna (MT), Yanomami (AM/RR), Panará (MT), Parakanã (PA), Xavante de Marãiwatsédé (MT), Araweté (PA), Arara (PA) e Xetá (PR). Apesar dos autores se dedicarem a contar como os Xetá figuram nesta listagem, dentre muitos requintes de crueldade foram reduzidos ao seu extermínio físico durante a ditadura civil-militar no Brasil, outros povos de diferentes quadrantes do Brasil passaram por situações dolorosas e violentas. Este capítulo ilustra uma parte pequena deste quadrante.

⁵ O relatório Figueiredo foi redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, e analisado pela Comissão Nacional da Verdade. Feito em plena ditadura a pedido do então Ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. No relatório, figuram casos de funcionários SPI da reserva Kadiwéu que desviaram recursos com a venda de gado para benefício próprio.

Atualmente, os Kinikinau tentam reaver, com os responsáveis pelo seu desterro, o direito de retornarem para o lugar de onde foram violentamente obrigados a sair, objetivo este que associa o passado, o presente e a necessidade de um novo futuro. Durante os últimos 20 anos, grande parte do grupo saiu das terras Kadiwéu e buscou se assentar, mesmo que provisoriamente, em aldeias Terena, cidades e áreas de retomada em MS. A parentela dos Roberto e Moreira – seus parentes, consanguíneos e afins – retornou para as proximidades do lugar de onde seus ancestrais foram expulsos, entre Miranda e Aquidauana, na retomada Mãe Terra. Os Pereira, Marques, Anastácio, Góes e Rodrigues estão em cidades como Bonito e Campo Grande, nas aldeias e territórios Terena em Nioaque, Miranda, Lalima e Aquidauana. Outros representantes destas mesmas parentelas, poucos, ainda permanecem em terras Kadiwéu. A maioria dessas pessoas, das gerações mais velhas às mais novas, mantém uma política de convivência e visitação entre parentes e, sempre que possível, fazem com que o passado comum, as relações contraídas do convívio e parentesco do tempo “no São João”, sejam renovadas.

Mesmo distantes e arranjados distintamente de quando viviam juntos nas terras Kadiwéu, pude testemunhar e perceber que nas assembleias e audiências sobre o processo de *retomada* pelo qual o grupo vem passando, seus representantes e lideranças falam com consciência sobre os desterramentos, violações e a difícil caminhada do povo Kinikinau até aqui. A categoria *retomada* aparece sempre colada à de *guerreiro* e revela-se a mais recorrente nas conversas com pessoas que são de fora: tem a ver com território, identidade, cultura (com e sem aspas) e a necessidade de lutar por isso. Recentemente, no campo de pesquisa, durante nossas conversas, muito se falou sobre as diferentes formas de violência que foram e ainda estão sendo dirigidas a eles. Com isso, procuro reunir aqui, de maneira ainda incipiente, quais os sentidos e as formas que esta categoria aparece no presente, estando simultaneamente associada à memória do passado na São João e ao projeto de futuro, no retorno ao *Agaxi*.

Com isso, as linhas abaixo estão organizadas da seguinte maneira: procuro apontar com base nos documentos, revisão bibliográfica e anotações de campo sobre as fases principais, por mim categorizadas como marcos de violência em relação aos Kinikinau, durante o período que abrange os anos 1946 a 1988. Os eventos e situações abarcados dentro da temporalidade destacada possuem ressonâncias antes e depois, principalmente porque as origens do que foi vivido e as suas consequências associam coisas, pessoas e lugares.

Nosso encontro recente: da expulsão do *Agaxi* às terras Kadiwéu

A liberdade de falar para a antropóloga sobre as dores que os acompanha desde o tempo da São João parece ganhar, a cada encontro, novos sentidos e direções. Desde o momento em que o grupo revelou aos de fora ser Kinikinau, e não Terena, após 80 anos vivendo no território Kadiwéu “meio camuflados”, como gosta de dizer Rosaldo de Albuquerque Souza, agindo enquanto protetores e protegidos das terras dos “índios cavaleiros” como seus inquilinos, outras descobertas e formas de entender o que, afinal de contas, passou com eles ao longo do século XX, segue em contínua reelaboração.

O *Agaxi* (*Euagaxigo*, que significa bando de capivaras, em língua Guaycuru) é sabido e rememorado ainda no presente por todos que falam sobre o passado e o futuro do povo Kinikinau, e está muito presente nas conversas que fazemos à sombra de árvores ou das taperas com telhados de folhas de bacuri existentes na Vila São Miguel (aldeia Mãe Terra). As novas gerações de filhos, netos e bisnetos sabem de onde seus pais, avôs e avós “vieram” e como eles foram parar na aldeia São João. Dentre outros, o falecido Sr. Leôncio Anastácio foi um dos fundadores da comunidade Kinikinau nas terras Kadiwéu e seu sobrinho neto, Rosaldo de Albuquerque Souza, foi o responsável pelo registro gráfico de como isso aconteceu:

O ancião Leôncio Anastácio, contou que os Kinikinau viveram no município de Miranda até por volta de 1915, quando foram expulsos de lá, pois a terra deles fora vendida para um pecuarista. Os compradores das terras indígenas, provavelmente eram políticos influentes do Estado. Todos os habitantes da tranquila aldeia foram obrigados a abandonar tudo o que possuíam e sair para evitar que fossem capturados e executados pelos empregados do fazendeiro. [...] Não se sabe precisar quantas pessoas viviam naquela aldeia, mas estima-se que eram 30 famílias, com cerca de 150 pessoas. Cinco dessas famílias peregrinaram juntas até 1940 parando em diversos locais, inclusive em uma área conhecida como Corvelo, entre os municípios de Bonito e Porto Murtinho, onde tentaram estabelecer moradia, mas logo foram expulsos de lá também. [...] havia um funcionário do SPI por nome Nicolau Horta Barbosa, chefe de posto do SPI na Aldeia Pé da Serra, hoje Alves de Barros, na reserva dos Kadiwéu que sabia do processo migratório desse povo, então, foi ao encontro dos Kinikinau e lhes aconselhou que se dirigissem àquela terra e que procurassem ali um local onde pudessem morar. Como estavam na estrada e sem destino certo, ouviram e atenderam ao conselho do chefe do SPI e se dirigiram para a terra que até aquele momento era desconhecida por eles. Porém, todos sabiam da existência da terra dos Kadiwéu (SOUZA, 2012, p. 23-24).

Este depoimento é tomado por muitos Kinikinau como um dos alicerces de suas lutas atuais e aparece de forma recorrente nos textos de jovens indígenas que ingressam

em universidades ou no magistério⁶, assim como nas pesquisas acadêmicas de pessoas não indígenas afiliadas a diferentes áreas do conhecimento. A narrativa do Sr. Leôncio geralmente é rememorada para suprir a lacuna da documentação do SPI e, depois, da Funai, sobre como eles desapareceram de Miranda no início do século XX, do *Euagaxigo*, até se tornarem “extintos”, quando, na verdade, viviam no território Kadiwéu. Tudo indica que eles foram expulsos por fazendeiros que se apossaram violentamente de suas terras, conforme será visto adiante.

No lastro desta *retomada* Kinikinau recente, o antropólogo Gilberto Azanha (2018), que outrora também os lia erroneamente como Terena, a pedido das entidades parceiras e solidárias a sua luta, encarregou-se voluntariamente de demonstrar, no Relatório Antropológico de Fundamentação para a Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kinikinau do Agachi, protocolado junto à Funai e ao Ministério Público Federal, que a expulsão do lugar de referência do grupo talvez tenha sido impulsionada com a omissão ou conivência de agentes do órgão indigenista, por meio de seu aparato jurídico local e nacional. Este fato, ocorrido entre os anos de 1900 e 1940, levou-os a peregrinarem por áreas próximas a Miranda e a se estabelecerem nas reservas Terena. No entanto, uma parte dos moradores do *Agaxi*, anos mais tarde, chegou à área em que se formou a aldeia São João.

O *Euagaxigo*, onde estava localizada a antiga aldeia Kinikinau de Miranda, conforme descreve Taunay (1931), em sua estadia durante a guerra do Paraguai (1864-1870), foi regularizado a terceiros e transformado nas posses de terceiros vindos do Sul do país: “São João da Barra do Agachy”, “Paraíso do Agachy” e “Bahia Maria do Carmo”, todas depositados no Acervo Fundiário da AGRAER-MS. Além disso, segundo sugere Azanha (2018), o próprio Marechal Cândido Rondon, fundador do órgão indigenista para administração e proteção das populações indígenas, por ocasião da passagem da Comissão das Linhas Telegráficas na região, à época, preocupou-se somente com os Terena do Ipegue e Cachoeirinha (em áreas contíguas ao Agachi) e parece ter assumido uma posição ambígua a respeito dos Kinikinau.

O então major de engenheiros Cândido Mariano da Silva Rondon foi testemunha deste processo – mas ao contrário da sua iniciativa em provocar o estado federado do Mato Grosso para a delimitação de partes (mesmo ínfimas) das terras tradicionais Terena no Ipegue e em Cachoeirinha, nada fez pelos Kinikinau – assim como também não o faria o Serviço de Proteção ao Índio

⁶ Muitos Kinikinau se tornaram educadores nas escolas das aldeias em que vivem participando da fase escolar das crianças, dentre outros que cursam o ensino superior em universidades de MS participando dos programas de ingresso e permanência direcionados a pessoas indígenas.

(SPI) que ajudaria a criar em 1910 e do qual foi seu primeiro diretor (AZANHA, 2018, p. 33-34).

De acordo com o autor do relatório em questão, o fato de ele ter dado, em sua “caderneta de campo”, datada de 1904, os nomes aos fazendeiros gaúchos (Pereira Mendes ou “Chiquinho de Deus”, apud AZANHA, 2018) chegados à Miranda e que se apossaram das terras Kinikinau, “abandonada” por esses indígenas, torna-o relativamente conivente com a dispersão do grupo.

A Fazenda de Chiquinho de Deus foi alcançada a 1.262 para frente da volta deste Ribeirão. [...] 2. 754 dêste. A picada atravessou o caminho para o Antônio Leopoldo a 1.790 adiante do Laranjal; e o córrego Eponadigo 6.812 distante deste último. Nesta altura existe um campo de cêrca de três quilômetros de largura. A linha cruzou justamente a antiga aldeia dos Quinquinau, hoje abandonada e já invadida por fazendeiros que se apossaram de suas terras (RONDON, 1949, p. 81-82 *apud* AZANHA, 2018, p. 34).

Mesmo com a criação posterior do SPI e das reservas Terena, ocorreu forte desapareço e omissão dos agentes administradores do órgão que acabaram contribuindo para os abusos sofridos pelos indígenas de Miranda – Aquidauana, diante dos mandos e desmandos dos invasores de suas terras. Articulados na construção de um eixo de autoridade e poder sobre as populações indígenas da região, a presença dessas pessoas, além de alienar o acesso às suas terras tradicionais, gerou outros tipos de violências:

Nos povoados e vilas a polícia está sempre nas mãos dos próprios fazendeiros, que são as autoridades, já como juizes de Paz, já como Delegados e subdelegados. Os soldados são por eles mesmos engajados e desde então considerados seus próprios camaradas [...]. Não pode haver fiscalização contra esses abusos, porque há verdadeira solidariedade entre os ricos que se revezam nesse usufruto (RONDON, 1949, p. 83-84 *apud* AZANHA, 2018, p. 35).

Em 1920, conforme investigou este mesmo antropólogo na documentação do órgão, havia reclamações dos Kinikinau acerca da expulsão e invasão do seu território. Além disso, o agente do SPI apresenta dados sobre a dispersão do grupo

Em 1920 documento enviado à Inspetoria do SPI em Campo Grande, de lavratura do servidor do SPI, Roberto Vieira dos Santos Wernek, solicitava providências para a regularização das terras dos Kinikinau no Agachi, ao mesmo tempo em que estimulava 03 famílias a se estabelecerem na aldeia Bananal [...] (AZANHA, 2018, p. 41).

Acrescentando o texto documental:

Encontramos os alicerces de uma futura grande povoação indígena. Sua principal vida é a pecuária que está por sistematizar para torná-la indústria de eficazes lucros. A lavoura não foi abandonada: a cana-de-açúcar, (...) em consideração do que peço-vos seja o posto de Bananal transformado em Povoação Indígena que circundada pelas aldeias do Ipegue, Cachoeirinha,

Brejão poderá ser abrigo de outras tribos, hoje esparsas sem terras como os Quiniquinaos, os Guaicurús e outros (Relatório do ano de 1919 dirigido ao Inspetor Horta Barbosa, p. 40 citado em Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios 1910-1967, p. 386 *apud* AZANHA, 2018, p. 44).

Nos anos em que estes Kinikinau viveram nas terras Kadiwéu, o antropólogo Jaime Siqueira Jr. (1993), em sua dissertação de mestrado intitulada “Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu”, traz-nos importantes pistas para o entendimento de como se davam as relações interindígenas na reserva e anteriormente à ela (nos séculos anteriores), da mediação ou intervenção do SPI e depois da Funai, a respeito dos seus *sistemas*⁷. Na pesquisa etnográfica do autor, junto a seus interlocutores de famílias Kadiwéu concentradas no Posto Indígena Bodoquena, aldeia principal do território, ele desenvolve um tópico específico dedicado às relações “inter-tribais” experienciadas entre os moradores da reserva, bem como sobre a tutela do SPI a todos eles.

A respeito dos descendentes dos Guaná e Kinikinau que viviam no PI São João⁸, entre os anos 1889-1993, ele menciona um “Terena” chamado Sr. Leôncio, o mesmo guardião da memória Kinikinau citado anteriormente, e que, à época, além de liderança como “capitão”, tornara-se pastor da igreja quadrangular da aldeia São João. Contudo, conforme o autor, a iniciativa dele de proibir a existência de igrejas católicas por ali desagradou aos demais, levando-o a ser substituído por outro Terena (leia-se Kinikinau) mais jovem, o Sr. Nicolau.

Nos primeiros anos de atuação do SPI e consolidação dos postos indígenas na reserva Kadiwéu, seus servidores deram sobrenomes em português para fazer o registro administrativo dos moradores, impingindo a sua adoção tanto por famílias Kadiwéu,

⁷ Para não incorrer na categoria cultura, reificada e amplamente debatida na antropologia e a “cultural turn” dos anos 80 (James Clifford; Roy Wagner, dentre outros), optei pela adoção da categoria *sistema*, para ser fiel ao modo pelo qual as pessoas com as quais conversei no campo de pesquisa mais recente fazem referência ao seu modo de vida. Normalmente, a categoria aparece quando procuram se diferenciar, ao menos nos discursos, em relação aos não indígenas e pessoas de outras etnias.

⁸ De acordo com José da Silva (2014, p. 82), no mapa de 1944 de localização dos postos indígenas da reserva, estes subordinados à Inspetoria Regional 5 (mais tarde transformada, pela Funai, em 9ª Delegacia Regional) constam: Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT) São João do Aquidavão, Posto Indígena de Fronteira e Vigilância (PIF) Alves de Barros e Posto Indígena de Criação (PIC) Nalique. Embora com nomes diferentes, os postos indígenas possuíam as mesmas atribuições, ou seja, eram as unidades de base da política indigenista praticada na época e passaram a ter uma classificação baseada no “grau de contato” dos indígenas com a sociedade envolvente, prestando assistência aos que estavam sendo “incorporados à civilização”. Os PIF tinham a função de policiar as fronteiras brasileiras, evitando que a população indígena fosse atraída para países limítrofes. Os PIT, considerados os mais econômicos dos postos, foram criados para prestar assistência aos indígenas com maior “grau de contato” com a sociedade envolvente. Já os PIC estavam voltados para “despertar” nos administrados o interesse pela pecuária.

quanto pelas Terena (Guaná e Kinikinau). Segundo ele, os Chané-Guaná eram provenientes das aldeias Bananal e Cachoeirinha de Miranda (MS). Em 1928, no PI Bodoquena foram registrados 21 sobrenomes em português, sendo das famílias Terena: Almeida, Simeão, Rodrigues, Anastácio e Ribeiro, estes últimos associados às parentelas Kinikinau, com as quais estive reunida durante as pesquisas de campo do mestrado (2010 – 2013) e atualmente do doutorado.

Tudo indica que as ações que o SPI teve nas terras Kadiwéu no passado reverberou diretamente na vida das famílias que ali viviam (Kadiwéu, Chamacoco, Guaná, Kinikinau e Terena). O órgão teve responsabilidade direta na mudança de configuração e distribuição de moradias dentro do território, além de ter instituído a figura do capitão da aldeia, para atuar através dele, incorporando outros indígenas ao seu quadro de funcionários. Com isso, as decisões das famílias Kadiwéu, sustentadas em seu *ethos* e no que o autor chama de faccionalismo interno (SIQUEIRA JR., 1993) – provavelmente com possível mediação e administração do órgão –, os Kinikinau não participavam dos mecanismos de decisão política sobre a reserva, tão pouco arrendavam as suas “fazendas” (local de suas moradias, lavouras e criação de rebanhos) a terceiros, como faziam os donos do lugar.

Neste trabalho, nota-se que o SPI foi um importante incentivador do arrendamento das terras situadas em áreas mais limítrofes à reserva, destinadas à pastagem e abrigo do gado durante as cheias do pantanal. Durante os anos de atuação dos agentes do órgão nesta área indígena, ele tutelou as famílias Kadiwéu arrendatárias nas negociações com os fazendeiros do entorno, além de participar diversas vezes da compra e venda de gado. Com isso, tendo as áreas fronteiriças já sido esvaziadas de pessoas e, aos poucos, sendo ocupadas tanto por gado como por fazendeiros, foi desencadeada uma migração de famílias Kadiwéu em direção às nucleações criadas pelo órgão em torno dos postos indígenas, formando as principais aldeias que existem nos dias atuais.

A consequência do rearranjo socioespacial também foi sentida pelos Kinikinau “do São João”, os quais passaram a conviver mais intensamente com outros moradores, potencializando a ocorrência de conflitos e desentendimentos na gestão do espaço, nas atividades econômicas, dentre outros aspectos que se agravaram mais tarde. Segundo o autor, o PI São João, localizado a sudeste da reserva, seria o lugar principal de agricultura nas terras Kadiwéu e se tornou um eixo de obtenção de mão-de-obra indígena nas

fazendas de gado do entorno da reserva⁹. Tanto durante as minhas visitas à aldeia São João na casa das famílias Kinikinau (2009 – 2013), na memória e narrativa dos meus principais interlocutores e daquilo que pude observar em campo (2022), a agricultura e a criação de animais são importantes atividades no cotidiano do grupo, movimentando a dinâmica temporal e espacial de suas famílias.

Do ponto de vista de alguns Kadiwéu, a respeito da moradia “Terena” e sua concentração na aldeia São João (no PI São João), Siqueira Jr (2018), que ora os lê como Kinikinau e/ou Terena, também reafirma algumas questões importantes sobre como foi o consentimento das famílias Kadiwéu mais prestigiadas e suas lideranças diante do ingresso e permanência deles em suas terras.

[...] na época que abriu o SPI [...] então eles acharam um meio de que botasse algumas, digamos assim, alguns colonizadores, no caso os Terenas, sabe? Os Terenas começaram, os patrícios usaram os Terenas para poder ser assim um ponto de auxílio para eles. Eles plantaram, os Terenas toda vida gosta de agricultura, eles plantam mandioca, arroz, feijão e milho, isso aí eles não eram, não são verdadeiros donos, mas cuidavam para os patrícios Kadiwéu, enquanto eles vigiavam essa enorme área que nós temos aqui [...] (SIQUEIRA JR., 1993, p. 129).

Mediados pelos servidores do SPI, os próprios “donos” da terra fazem uso da categoria “colonização”, quando se referem a eles, principalmente pelas atividades agrícolas que desempenhavam, conhecidas pelos anfitriões desde os tempos do Chaco Paraguai quando viviam juntos e de maneira interdependente. Reunindo simbioticamente seus sistemas sociopolíticos e econômicos, para o SPI e também para os Kadiwéu, a presença Kinikinau/Terena “no São João” protegeria os limites da reserva de possíveis invasões, mas também daria a eles a possibilidade de se manterem como comerciantes, agricultores e seus aliados.

[...] Esse São João, aldeia São João, já vem há muito tempo essa história aí. Esses Terenas, vem sendo aliado com os Kadiwéu, sempre vivendo subordinado, os Kinikinau subordinados aos Kadiwéu. Não podia fugir porque eles tinham uma tarefa a fazer com ele, então trouxeram eles. Eles escolheram um lugar como de agricultura e coisa e tal. O único, o recurso mais próximo que eles mesmo acharam de tocar um recurso de agricultura, no caso uma lavourinha que eles fazem, é aqui pro lado do PI São João, porque fica perto de Três Morros, que existia primeiro bolixo que eles se mantinha daquele lugar. Então eles, os patrícios disseram: - Então vocês ficam aqui [...] aqui é o

⁹ Segundo José da Silva (2014), a demarcação das terras Kadiwéu, concluída em 1981, definiu a área da Reserva Indígena Kadiwéu em 538.535,7804 ha (quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco hectares, setenta e oito ares e quatro centiares) e cercou-se de muita tensão com os invasores, deixando de fora do perímetro estabelecido a aldeia Kadiwéu Xatelodo, localizada na Serra da Bodoquena. Em 1983, eram 1.868 os posseiros que ocupavam a Reserva Indígena Kadiwéu e os conflitos gerados pela presença maciça de ecalailegi (não índios) foram amplamente divulgados pela imprensa durante este período.

canto da nossa área, aqui qualquer coisa, qualquer irregularidade que vocês vê, procuram nos localizar, nos avisar o que está acontecendo. Agora vocês tem obrigação, plantar milho, arroz, feijão, tudo o que se dá aqui vocês planta, e nós vamos comercializar entre nós mesmos, lá pelo rio Paraguai, por aí, tudo o que nós conseguir nós entrega aqui, nós não temos como negociar [...]. Nós vamos negociando isso aí, vocês ficam como vigilantes nosso. Aí toparam, onde existe o PI São João [out/90 – grifos meus] (SIQUEIRA JR., 1993, p. 130-131).

Tudo indica que a grande contribuição que os Kinikinau deram, assim como os demais Chané-Guaná, para a defesa e consolidação dos limites e fronteiras da colônia e Império brasileiro na Província de Matto Grosso ao Estado brasileiro (TAUNAY, 1931), nunca lhes foi retribuída. Diferentemente do que ocorreu com os Mbayá-Guaicurú e seus descendentes, eles acabaram tendo que viver em terras emprestadas. Roberto Cardoso de Oliveira, referência da antropologia brasileira, com base nos estudos de Darcy Ribeiro sobre os processos de mudança cultural dos anos 50 e a assimilação dos Terena nos 60, sugere em sua passagem na região de Miranda que, dos remanescentes Chané-Guaná, os Kinikinau estariam “terenizados” em suas reservas e também “extintos”.

Darcy Ribeiro, prefaciando nosso livro **O Processo de Assimilação dos Terêna** (pp. 11-2) e apoiado também em suas próprias observações sobre a realidade Terêna, diz que através dos últimos 150 anos de interação com a nossa sociedade, os diversos grupos Guana vieram a fundir-se, restando, em nossos dias, um apenas, os Terena, que passaram a reunir todos os sobreviventes da tribo. Apesar do reduzido tempo que passou junto a esses índios, Ribeiro soube ver que de fato se tratava de um único grupo organizado, i. e., os Terena. E que os remanescentes Layâna e Kinikinau, juntamente com os Terêna propriamente ditos, não constituíam senão um único grupo, não mais os Guaná, mas os Terena, hoje majoritários (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003, p. 123).

Contudo, em outro momento na sua passagem na TI Cachoeirinha, depara-se com os Kinikinau que não negavam a possibilidade de afirmar a sua identidade sempre que estavam em relação a alguém que pudesse vê-los desta maneira.

Tomemos o caso dos remanescentes Kinikináu de Cachoeirinha para nos ajudar a examinar esses pontos. Encontram-se agrupados em três grupos domésticos (dados de 1960) e em uma única parentela, originária de um único grupo local chamado Paraíso. Seus componentes mantêm viva o que se poderia chamar de ‘identidade histórica’, pois comumente, e inclusive na ocasião do censo, fazem questão de se identificar como Kinikináu de modo a contrastarem sua identidade com a dos seus vizinhos Terêna. Na época, isso nos surpreendeu, pois acabávamos de presenciar o casamento de um jovem membro da família com uma Terêna e acreditávamos ser mais estratégica em manifestação inversa, isto é, um escamoteamento da identidade Kinikináu. Com o relativo desprezo que goza qualquer outra identidade que não seja a dos ‘donos do lugar’ – como assim se afirmam os Terêna, nas alusões freqüentes que fazem às identidades ‘dos outros’ sempre que desejam marcar seus direitos sobre a terra da reserva, portanto, sempre que querem fixar seu status superior – seria de se esperar que esses Kinikináu cuidassem de evitar o estigma. Mas logo aprendemos que eles assim se identificavam perante o pesquisador, uma

pessoa de fora, capaz talvez de vê-los como são, ‘diferentes’ dos Terêna, ‘melhores’ do que eles; porém toda a vez que surpreendemos um ou outro Kinikináu em situações de interação com indivíduos Terêna, sem a participação de indivíduos de outras etnias, seu comportamento verbal era no sentido de evitar qualquer referência à sua identidade Kinikináu (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003, p. 123).

Apesar do antropólogo ter conhecimento sobre a expulsão dos Kinikinau do *Agaxi* e a necessidade de buscar refúgio em terras Terena, vivendo à semelhança dos demais, em relação a exploração de seu trabalho pelos neo colonizadores que ocuparam a região Sul de Mato Grosso no início do século XX, ele não menciona o grupo que habitava as terras Kadiwéu. Somente ao final dos anos 90, Giovani José da Silva e José Luiz de Silva (2003) publicam um artigo a respeito do que eles chamam “o despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul”, relatando como se deu o seu encontro com pessoas que se autoidentificavam Kinikinau. No projeto de implantação da escola da aldeia São João, estes jovens educadores à serviço da secretaria municipal de educação de Porto Murtinho percorreram as aldeias do território,

Em 1997, a Prefeitura de Porto Murtinho, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, iniciou um trabalho de educação escolar no território indígena Kadiwéu com a perspectiva da implantação de escolas que atendessem às necessidades de cada aldeia: Bodoquena, Barro Preto, Campina, São João e Tomázia. Na aldeia São João foram realizadas discussões sobre a escola que os índios desejavam, verificando-se que a maioria rejeitava um tratamento igual àquele oferecido aos Kadiwéu. Isso nos levou a pensar, então, em uma escola que atendesse a índios Terena, o que também foi rejeitado pelo grupo. Evidente que esse fato causou muita estranheza e, ainda que timidamente, os Kinikinau começaram a revelar a partir desse episódio uma identidade étnica distinta (JOSÉ DA SILVA; LUIZ DE SOUZA, 2003, p. 152-153).

Segundo relatam, durante uma das reuniões sobre a escola, os educadores perceberam que se identificar como Terena representou, durante muito tempo, uma das estratégias utilizadas pelo grupo Kinikinau para sobreviver a toda sorte de perseguições a que foi submetido, sobretudo por ter sido apontado, na literatura etnológica e nos registros do órgão, como extinto.

Foi então que disse estar contente por conhecer mais um grupo Kadiwéu e que estaria pronto para ouvi-los sobre a escola que desejavam ter na aldeia. [...] Timidamente, um homem de meia idade, levantou-se e respeitosamente pediu a palavra. O membro da comunidade relatou que estava preocupado em se manifestar pois, por muitos anos, ele e seus parentes se viram obrigados a obter documentos registrados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), como Terena. Fiquei imaginando o que ele iria dizer em seguida, mas fui tomado pelo susto quando afirmou em alto e bom som: “–Somos Kinikinau, professor Giovani!”. Minha reação imediata foi dizer: “–Não é possível! Vocês estão extintos! Li isso no livro do professor Roberto Cardoso de Oliveira!”.

Estávamos todos perplexos naquele momento, uma vez que não compreendera que o renomado antropólogo poderia ter se enganado, já que aquelas pessoas pareciam ter muito claro sobre quem, afinal, eram (JOSÉ DA SILVA, 2017, p.72).

Por ocasião da construção da pesquisa etnográfica para o mestrado junto às ceramistas Kinikinau, nas minhas idas e vindas de São Paulo, Bonito e aldeia São João no território Kadiwéu, acompanhei parte dos desdobramentos do processo de reconhecimento do grupo perante o Estado brasileiro, suas relações políticas e de amizade com os Terena e também no tensionamento com algumas pessoas Kadiwéu, “donas” do território no qual viviam. Além disso, com sede na aldeia São João, homens e mulheres Kinikinau organizaram uma Associação das Ceramistas do Povo Kinikinawa para produzir e vender cerâmica e concorrer a editais, a exemplo das mulheres Kadiwéu em outras aldeias da reserva. A cerâmica Kinikinau, nitidamente inspirada na Kadiwéu, passou a ser negociada em meio à produção Terena e Kadiwéu nos festivais da região, mas também nas lojas de *souvenir* de Bonito, cidade turística localizada a 70 km da aldeia São João.

Do ponto de vista de Dona Agueda, mulher ceramista que me acolheu diversas vezes em sua casa, e com base nas conversas que tive com seus irmãos e irmãs, pai e mãe, viver na aldeia São João era “bom” e “sossegado”, até “os guris começarem com arte”. Foi nos anos 80 que houve a migração de famílias Kadiwéu da aldeia Tomázia para a aldeia São João e, desde então, houve perseguição a eles, roubo e destruição em suas roças e rebanhos bovinos, além de “extravio”, furto, de objetos em suas casas. Na escola *Koinukonôen* da aldeia, crianças Kinikinau eram ameaçadas por outras Kadiwéu, que alegavam que àquela terra não pertencia a eles.

Somado a esse fato, o ingresso de jovens Kinikinau nas universidades brasileiras através de programas de acesso e permanência de indígenas no ensino superior, como a Rede de Saberes das universidades públicas de Mato Grosso do Sul e o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília (UNB), envolveu ainda mais os Kinikinau em uma nova rede de relações. Em um evento ocorrido em Brasília, um jovem Kinikinau contou a uma funcionária do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, que o seu povo não possuía território próprio e que estava sendo perseguido pelos Kadiwéu “donos” da terra. Com isso, a entidade articulou-se para dar apoio jurídico e financeiro e ajudar o povo Kinikinau para fazer acontecer uma mobilização política. Através de uma reunião com as lideranças Kinikinau, à semelhança do se fazia com os Terena e Guarani e Kaiowá de Mato Grosso

do Sul, o Cimi-MS se ofereceu para ajudar a organizar a 1ª Assembleia do Povo Kinikinau.

O desdobramento desta relação colocou-os frente a frente com o Estado, através de representantes da Funai, com os Terena, Kadiwéu, APIB, Conselho Aty Guasu, Conselho Terena, advogados e com pesquisadoras como eu, além de outros colegas. Inclusive, pessoas Kinikinau que não se conheciam, mas se sabiam descendentes de pais e avós Kinikinau, encontraram-se e afirmaram publicamente o pertencimento a esta etnia. Ao abrir um novo capítulo na história do povo Kinikinau e na minha própria pesquisa, pode-se dizer que este evento foi um divisor de águas para quem se envolveu na situação.

Dentre os eventos que se tornam marcos desta estadia, foi também revelado, em 2014, na audiência pública realizada no auditório da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD, por ocasião da Comissão Nacional da Verdade, sob a coordenação do Grupo de Trabalho Grave Violações de Direitos Humanos no Campo ou Contra Indígenas, coordenado pela Maria Rita Kehl, situações de violência vividas por eles no período em que viveram na São João.

Da retomada Kinikinau à Comissão Nacional da Verdade

Na 3ª parte da 2ª sessão da audiência pública da CNV, realizada em novembro de 2014, Rosaldo de Albuquerque Souza, Nicolau Flores e Dona Zeferina, representando algumas das parentelas e núcleos familiares que viveram ao longo do século passado em terras Kadiwéu, foram os porta-vozes do povo Kinikinau, de maneira dolorosa contaram aos ouvintes como os seus direitos foram violados. Interessados que atuam junto aos povos indígenas e representantes de órgãos como o MPF e outras instituições, a fim de conhecer e fazer ecoar um passado violento ainda não revelado e “guardado” nos corpos e nos territórios cercados do atual MS, puderam testemunhar, além deles, pessoas de outras cinco etnias, dentre elas Guarani e Kaiowá, Guarani Nandeva, Ofaié-Xavante, Guató e Terena, falando dos atos violentos pelos quais passaram, entre os anos de 1946 e 1988, dentro e fora de suas terras.

Remoções forçadas e torturas, exploração de trabalho na Companhia Matte Laranjeira, o trabalho como peões e cozinheiras nas fazendas de gado, a construção de pontes e estradas, os deslocamentos forçados, as suas terras sendo vendidas, a prisão e tortura no Reformatório Krenak, em Minas Gerais e expulsão dos territórios tradicionais, formam a pauta da memória individual e coletiva do relatório da Comissão Nacional da Verdade, cujo capítulo foi direcionado aos povos indígenas do MS. Diversos povos

sofreram com as violações de direitos propagadas pelo Estado brasileiro por meio do agenciamento e construção de uma política indigenista que tomou conta de seus territórios até o final da ditadura civil-militar, ganhando novos contornos após a Constituição Cidadã de 1988. Em 45 minutos, os ouvintes do auditório souberam que agentes e servidores do SPI e Funai agiram para “extinguir” os Kinikinau do painel de povos indígenas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como fizeram a tantos outros.

Segundo os seus depoimentos, em certas ocasiões, os funcionários do posto indígena agrediam fisicamente os alunos da reserva Kadiwéu, incentivando professores da escola a adotarem uma disciplina rígida e severa, por meio de castigos físicos aplicados aos alunos considerados “mal comportados” pelo chefe de posto. Segundo Rosaldo e Nicolau, os professores que vinham da cidade e davam aulas na escola da aldeia obedeciam às ordens do chefe de posto para que pudessem ali morar e trabalhar. A ordem principal relatada por eles era a de castigar os alunos, colocando-os de joelhos, a dar voltas em torno da escola, em caso de “mau” comportamento. Geralmente, obedecendo aos mandos do chefe de posto, o professor chamava os pais dos alunos à escola, obrigando-os a bater nos filhos com um chicote de couro que era utilizado em cavalos, enquanto o aluno permanecia de joelho em frente aos demais colegas. Rosaldo conta: “*Pensávamos que esta era a educação de verdade que estavam passando para nós*” (MPF MS, 2014, n.p.).

Segundo o Sr. Nicolau, para registrar o seu filho e fazer a certidão de nascimento ou Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI, o próprio chefe da Funai dizia a eles que não podiam ser Kinikinau, mas sim Terena. Obrigados a aceitar, como o caso do próprio avô de Rosaldo, no momento em que foi dar entrada em sua aposentadoria, muitos acabaram adotando documentos com filiação étnica Terena, a fim de ter, minimamente, alguns dos seus direitos garantidos e acesso a outros serviços públicos. O mesmo ocorreu com o próprio Rosaldo, que aos 18 anos precisou se apresentar ao Exército com documentos cuja filiação étnica estava registrada como Terena, e não Kinikinau. Segundo eles, a quem reclamasse do registro incorreto, o chefe de posto falava: “Kinikinau não existe mais: tem que fazer Terena. Ou se não fica sem documento”.

Das várias violências sofridas por eles e seus vizinhos *patrícios*, voltar no tempo da escola ainda é muito difícil. Quando Rosaldo era gurizinho, no tempo da escola, segundo afirma, ele era diferente dos outros que aprontavam, passava o dia todo fazendo outras atividades. No entanto, ele se lembra que o chefe de posto tinha um pomar muito

bonito em volta da sua casa na sede da aldeia. Era “invejável”, e tinha variedades de plantas que no cerrado não existiam: “cajá-manga, goiabona que não tinha lá, pitanga”. Certo dia, algumas crianças da aldeia, de passagem pelo posto, acabaram pegando e comendo as frutas do seu pomar. Violento e contrariado, ele decidiu “pegar o ladrão” de frutas e colocou veneno em algumas delas. Outro dia, Rosaldo e seus colegas, correndo por ali, acabaram apanhando as frutas para comer e o seu colega, ainda muito criança, passou mal e morreu envenenado. Se não bastasse o rompante de crueldade até aqui, a culpa recaiu em cima de Rosaldo, por ter dado a fruta ao menino (sem saber do veneno), e ele foi acusado pelo chefe de posto como o responsável por esta morte: “Ele queria ver meu pai me surrar, queria ver o osso doer”. Da mesma maneira, ele afirma que nos jogos de futebol este mesmo sujeito chutava a bola com muita violência¹⁰ em direção a eles.

Em meu último campo realizado junto à comunidade da Mãe Terra, apesar de não ter sido relatado à CNV em 2014, soube que no “tempo do São João”, já com a Funai substituindo o SPI, funcionários encarregados de facilitar e mediar a venda de sacas de arroz do plantio comunitário das famílias da aldeia São João, obtinham vantagens desviando uma parte da produção para ganho e benefício próprio. Quando as pessoas lesionadas reclamaram da irregularidade da ação junto ao chefe de posto, eram ameaçadas e sofriam intimidação pelo uso de armas com a “roleta russa”.

Outro relato que me chamou muito a atenção, conversando com Dona Zeferina em uma manhã quente de janeiro de 2022, enquanto tomávamos tereré na área de sua casa e falávamos a respeito do seu falecido marido, Sr. Miguel, seus olhos ficaram mareados assim que ela lembrou o dia em que ele foi preso pelo chefe de posto do São João, mas conseguiu sair por cima do telhado. Ironicamente, este mesmo senhor, o qual tive o prazer de conhecer, muito hábil e talentoso em seus trabalhos com madeira, havia construído a sede do posto e soube como escapar dos maus tratos sofridos e castigos imputados a ele pelos funcionários da Funai. Segundo ela, eles prendiam e machucavam quem vivia embriagado por ter consumido bebidas alcoólicas e, contraditoriamente, o bolicho (armazém com produtos de mercado) era administrado pela própria família deste servidor, localizado na entrada da aldeia.

A Assembleia Kinikinau

¹⁰ Outros depoimentos foram concedidos por pessoas de diversas etnias durante a realização das sessões no auditório da UFGD, gravados integralmente, com duração de 6 horas e encontram-se disponíveis no *youtube*.

Após a entrega da minha dissertação de mestrado, em 2014, fui contatada através do *facebook* por uma missionária do Conselho Indigenista Missionário, Cimi (MS). Ela se apresentou como a pessoa que estaria auxiliando política e juridicamente a comunidade Kinikinau na reivindicação e reconhecimento dos direitos historicamente negados a eles. Relatou que o jovem Kinikinau havia conversado com ela em Brasília e que, desde então, como representante do Cimi, estava em diálogo com outros representantes do povo Kinikinau, oferecendo apoio e incentivo à sua mobilização política. Durante a nossa conversa, ela mencionou que os Kinikinau pediram a minha presença na assembleia e que ela seria realizada na aldeia Cabeceira em Nioaque (TI Nioaque). O pedido era para que eu também fizesse uma fala sobre a importância da cerâmica e do grafismo Kinikinau incluída na programação previamente delineada por eles.

Procurei entrar em contato com amigos Kinikinau que confirmaram o evento e reafirmaram o meu convite. Comentaram também sobre os demais convidados e a mobilização do transporte para levar pessoas da aldeia São João e da Mãe Terra até lá. Animados, demonstraram que, com o apoio de novos aliados, este também seria um caminho para fortalecer a luta política do povo Kinikinau. Nas mídias sociais, a convocação foi grafada em língua Kinikinau: 1ª *Ipoxuwoku Hou Koinukunoe* (1ª Assembleia do Povo Kinikinau), seguida de *Koixunakowoti Hou Koinukonoe Wiopônoti Unati Koikuti* (Povo Kinikinau fortalecendo a luta pelo bem viver).

O próprio Cimi, articulador da assembleia Kinikinau, atuou diretamente no período de 1970 a 1984, organizando Assembleias de Chefes Indígenas, totalizando 57 em todo o país. Nesses espaços, as lideranças registravam suas falas, confeccionavam documentos finais como forma de expressar, para o público externo, os anseios dos povos indígenas, vindo diretamente daqueles que vivenciavam nas aldeias, das mais diversas regiões do país, a necessidade de se ter direitos assegurados (AMADO, 2019, p.115).

Na Assembleia Kinikinau, trajetórias distintas, interdependentes e assimétricas entre os povos indígenas ali representados marcavam conflitos e também a sua interdependência com o Estado. Ao cobrarem a sua própria administração em relação à demarcação de seus territórios, pessoas Kinikinau narravam as suas histórias de vida. Em tom de denúncia, contaram aos convidados sobre toda sorte de perseguições sofridas durante os últimos 10 anos na aldeia São João. Um antigo cacique Kadiwéu pegou o microfone e pediu desculpas às famílias Kinikinau, alegando que aconselhou, sem ser atendido, aos seus parentes para evitarem a mudança para a aldeia São João.

Conflitos foram negociados entre os diferentes atores envolvidos na situação. Um funcionário da Funai que atuou como chefe da regional de Bonito, mesmo com uma fala valorizando a educação e percurso do povo Kinikinau, foi interrompida pelos participantes: iniciou-se uma discussão. Ao ser indagado por Nicolau Flores sobre o porquê do órgão não ter registrado a sua família indicando o pertencimento à etnia Kinikinau, mas sim, Terena, alegou que registro civil era coisa do “tempo dos coronéis” e que já não tinha mais validade. Indicou a eles outro caminho, eximindo-se da responsabilidade negativa que lhe foi atribuída.

Camadas eram sobrepostas a cada nova composição de mesa. Reafirmava-se o papel do Estado na garantia de direitos, ao mesmo tempo que a dependência e tutela dele era negada. A Funai se fez representada novamente através de duas pessoas. Diante das discussões sobre protocolar o pedido de formação de um GT junto ao Ministério da Justiça, valeram-se do argumento de que portarias expedidas recentemente impediam-na de tramitar solicitações para revisão de limites ou demarcação de novos territórios em Mato Grosso do Sul. O papel da Funai seria, então, ouvir as reclamações dos povos indígenas e encontrar uma solução para os seus problemas. No entanto, concluiu-se que o Congresso Nacional parecia não gostar deles.

Um assunto comum deu o tom da pauta: o agronegócio e os ruralistas que haviam assumido politicamente o governo do estado. O Dr. Luiz Eloy, assessor jurídico do Cimi-MS, assumiu a fala e, usando linguagem técnica jurídica, fez explicações sobre o papel da Constituição Federal de 1988, os artigos correspondentes aos direitos indígenas e a Convenção 169 da OIT. Em sua fala, afirmou a importância da autodeterminação indígena diante do Estado brasileiro, e que um povo se faz a partir da relação com o seu território, porém, lembrou a todos que eles haviam sido tomados pelo Estado nacional e entregues por meio de títulos a não indígenas. Alegou que a assembleia seria o primeiro passo no reconhecimento de direitos do povo Kinikinau, mas que seria necessário dar continuidade a ela.

Palavras um pouco mais acaloradas de lideranças Terena perseguidas por fazendeiros e policiais nas ações de retomadas de terra deixaram explícito o apoio à luta dos parentes Kinikinau. Com isso, a assembleia marcava o prenúncio de novos processos na vida dos Kinikinau: a consolidação de um GT ou a retomada de terra. Mais do que isso, a Funai, representante do Estado, reconheceria a partir de então o estatuto de uma comunidade indígena politicamente mobilizada para conquistar seu território, após tantos direitos violados, desterrados e “extinção”.

Considerações Finais

A retomada da autoidentificação Kinikinau no presente, por alguns dos seus representantes, está atrelada à defesa de uma história comum, um território e uma “cultura”, e acompanham o desejo de lidar com as dores e violências sofridas no passado (e sabemos que também no presente), investidas de agência e esperança sobre um futuro possível. O que isso quer dizer? Quanto mais os Kinikinau se aproximam da possibilidade de voltar e começar uma vida em um lugar que lhe seja próprio, como o é de direito reconhecido desde 1988, o passado na aldeia São João e as consequências desta dispersão ganham novos retratos.

A dispersão do povo Kinikinau por cidades, aldeias e territórios indígenas em Mato Grosso do Sul não foi fruto de acaso, como os fragmentos da documentação reunida a seu respeito podem sugerir. Mesmo que o grupo tenha sido agente importante e não somente vítima deste processo, é importante pontuar que ela foi compulsória. E talvez a alcunha “extintos” ou “terenizados” impingida a eles, a partir das esparsas informações a seu respeito e adotadas então pelos antropólogos dedicados a estudar as relações interétnicas no Brasil e suas consequências, principalmente Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, também contribuíram para isso.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Luiz H. Eloy. **Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

AZANHA, Gilberto. **Relatório antropológico de fundamentação para a identificação e delimitação da terra indígena kinikinau do agachi**, 2018. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/relatrio-antropolgico-de-fundamentafo-para-a-apibinfofiles201908kinikinau-.html>. Acesso em: 15 ago.22.

CARDOSO DE OLIVEIRA. Identidade Étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**. Goiás, v. 6, n° 2, pp. 117-131, 2003 [1976].

CIMI. **1º Assembleia do povo Kinikinau determina luta por direitos originários**. 10 de novembro de 2014. Povo Kinikinau. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/11/36672/>. Acesso em: 12 set. 2021.

CNV. **Violação dos direitos humanos dos povos indígenas**. *In*: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, v. 2, p. 197-256, 2014.

LIMA, Edilene C. de; LEITE, Giancarlo T. Justiça de Transição e os Xetá: sem anacronismos. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, p. 123-134, 2019.

SIQUEIRA JR. Jaime G. **Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

TAUNAY, Alfredo E. **Entre os nossos índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangs**. São Paulo: Melhoramentos, 1931. 134 p.

JOSÉ DA SILVA. **A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

JOSÉ DA SILVA, Giovane, SOUZA, José Luiz de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikiau em Mato Grosso do Sul. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.6, n. 2. p. 199 – 208, 2003.

JOSÉ DA SILVA, Giovani; SOUZA, José Luiz de. A diáspora Kinikinau: a trajetória histórica de um grupo indígena “extinto” (séculos XX e XXI). *In*: JOSÉ DA SILVA, Souza, Giovani; BOLZAN, Aila Villela; SOUZA, Rosaldo de Albuquerque (Orgs.). **Kinikinau: arte, história, memória e resistência**. Curitiba, PR: CRV, 2017. p. 167-177.

MPF MS. **2ª. Sessão de Audiência/ Violação de Direitos Indígenas (1946-1988)/ Parte 3**, *youtube*, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2fYikFuD9TA>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SEMINÁRIO POVOS RESISTENTES: A PRESENÇA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL, I., Corumbá/MS, 2003.

SEMINÁRIO POVO KINIKINAWA: PERSISTINDO A RESISTÊNCIA, Bonito/MS, 2004.

SOUZA, Rosaldo de Albuquerque. **Sustentabilidade e processos de reconstrução identitária entre o povo indígena Kinikinau (koinukunôen) em Mato Grosso do Sul**, Brasília, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília UnB, Brasília, 2012.